

DOCUMENTAÇÃO

Uma alternativa à mística da competitividade

Família e trabalho, mulheres e homens, são os fatores que intervêm no livro “Unfinished Business” (Oneworld Publications, Londres, 2015), de Anne-Marie Slaughter, uma mulher de sucesso e com pensamento original. Slaughter demarca-se de um feminismo que encoraja as mulheres a singrar num ambiente laboral ultra-competitivo. A sua ideia é que está na hora de alterar certos hábitos laborais que impedem na prática a conciliação entre o desenvolvimento profissional e a formação de um lar. Uma tarefa para homens e mulheres.

A autora foi de 2009 a 2011, Diretora do Planeamento Político do Departamento de Estado, com a então Secretária de Estado, Hillary Clinton. Em 2011, deixou o cargo e retomou a sua carreira académica. Atualmente é presidente da New America Foundation, um *think tank* norte-americano.

Pouco depois de abandonar o seu trabalho na Casa Branca, publicou um ensaio na “[The Atlantic](#)”, July/August 2012, intitulado “Why Women Still Can’t Have It All” (que foi referido em “[Aceprensa](#)”, 25.7.2012), tendo-se transformado no artigo mais lido e recomendado na história da revista, e que gerou uma intensa polémica no movimento feminista. Nele, Slaughter explicava que o seu principal motivo para deixar o Departamento de Estado havia sido poder passar mais tempo com a sua família. Tendo vários filhos adolescentes, sentia que aquele era um momento importante para educá-los, pelo que necessitava de estar mais perto deles e do seu marido, também professor universitário.

Mas, conta Slaughter no seu ensaio, a decisão de regressar ao lar não foi bem recebida por outras feministas como ela. Algumas ficaram dececionadas (um pouco como se “tivesse abandonado a equipa”), outras reagiram com estranheza (como é que pode uma mulher de tão grande sucesso abandonar um cargo desse cariz para cuidar dos seus filhos?).

As supermulheres não são o modelo

De algum modo, “Unfinished Business” responde a essas objeções, e critica um feminismo que encoraja as mulheres a transformarem-se em “super heroínas”: pessoas capazes de

prosperar no ambiente ultracompetitivo dos grandes escritórios de advogados ou das empresas tecnológicas mais vanguardistas; o feminismo que repete como um mantra a frase “podes ter tudo isso” (referindo-se ao sucesso profissional e à vida familiar).

Não é que Slaughter não acredite na inserção laboral das mulheres, mas pensa que além de um encorajamento a “unirem-se para a luta”, está na hora de alterar certos hábitos laborais que impedem na prática a conciliação entre o desenvolvimento profissional e a formação de um lar. Continuar a propor modelos espetaculares mas inalcançáveis para a maioria, mesmo que seja com boas intenções, produz frustração nas mulheres que não consigam alcançar esse ideal, e uma sensação de culpa entre as que decidem afastar-se temporária ou definitivamente do seu trabalho para se dedicarem à família.

Alguns comentaristas viram no livro de Slaughter uma espécie de contraponto ao publicado por Sheryl Sandberg em 2013, “Lean In” (“[Aceprensa](#)”, 22.3.2013). Nele, a diretora de operações do Facebook pedia às mulheres para “se envolverem” no problema da pouca representação do sexo feminino nos órgãos diretivos das grandes empresas. Slaughter, de facto, menciona este livro no primeiro capítulo do seu, e reconhece que embora partilhe com Sandberg muitos pontos de vista, pensa que a solução não depende fundamentalmente das mulheres, mas da sociedade em geral.

As preferências das mulheres

Uma das objeções que, por vezes, é feita ao feminismo das “supermulheres”, é esquecer um grande número delas que simplesmente não desejam ascender tão alto, seja por preferirem outro tipo de trabalhos, seja por quererem dar prioridade à vida familiar. Alguns [estudos](#) recentes levados a cabo pela escola de negócios de Harvard mostram que as mulheres inquiridas, quando lhes era perguntado pelo tipo de trabalho que idealmente gostariam de desempenhar, citavam empregos que se situavam numa faixa mais baixa da “escada diretiva” que os preferidos dos homens. Também os “objetivos vitais” mencionados por elas eram diferentes, e estavam menos relacionados com o conceito de “poder” do que os deles.

Um artigo na “Slate” que [comentava](#) estes resultados, salientava que na discussão sobre a inclusão laboral das

mulheres fala-se frequentemente de barreiras culturais ou de diferenças inatas entre sexos, mas poucas vezes são tidas em conta as suas preferências.

Ditadura das horas extraordinárias

Apesar de “Unfinished Business” oferecer uma “cura de realidade” ao feminismo *yuppie*, a mensagem do livro é mais ampla. Slaughter propõe mudar a “mística da competitividade” que impera em grande parte do mercado laboral. Este modelo, que privilegia setores como o tecnológico, o jurídico ou o financeiro sobre outros trabalhos mais relacionados diretamente com o serviço a outras pessoas, como ensinar ou cuidar de crianças e idosos, tende a impor uma “ditadura das horas extraordinárias”. As jornadas laborais eternas parecem imprescindíveis e são adotadas quase como um sinal de distinção e profissionalismo, apesar de alguns estudos terem sugerido que nem sempre mais horas significa mais produtividade ([“Aceprensa”, 20.11.2013](#)).

Segundo Slaughter, a própria ideia de liderança subjacente nestes setores, onde predominam os homens, está estreitamente relacionada com a competitividade e com falar mais do que escutar. A solução não é as mulheres adotarem o padrão masculino, mas ir modificando pouco a pouco estes ambientes. O último capítulo do livro apresenta um catálogo de medidas que se poderiam adotar para facilitar a conciliação familiar e laboral sem sacrificar nenhum dos dois âmbitos. Algumas têm a ver com o governo da empresa, mas outras salientam alterações legislativas: por exemplo, aumentar as licenças familiares pagas para cuidar de um recém-nascido ou de um familiar doente.

Já há movimentos nesta linha. O distrito de Washington está [em vias de aprovar](#) (ainda não votou, mas o “sim” é dado por adquirido) uma lei pela qual os empregados poderão ter uma baixa paga de 16 semanas para atender diferentes necessidades familiares. Se for promulgada, Washington passará a ser a quinta jurisdição que institucionaliza esta prática (a primeira foi o estado da Califórnia, em 2002). Contudo, seria pioneiro a aumentar o período de licença até às 16 semanas, e também a financiá-lo com um imposto aos empregadores, não na folha de pagamento dos empregados.

No conjunto dos Estados Unidos, apenas 12 % dos trabalhadores beneficiaram alguma vez de licenças familiares pagas. Existe uma lei federal (a FMLA, aprovada em 1993) que obriga os empresários a proporcionar baixas de até 12 semanas por motivos familiares ou de saúde, mas não a remunerá-las. Atualmente está a tramitar no Senado – ainda se encontra na fase de comité – um [projeto](#) para estender o modelo da Califórnia (12 semanas pagas) a todo o país. No entanto, é pouco provável que receba o apoio dos congressistas republicanos, que dominam ambas as câmaras.

Servir não é um prémio de consolação

Propostas deste estilo são as que Slaughter considera necessárias para avançar num feminismo que não exclua a família. Todavia, para lá das medidas políticas concretas recomendadas pela autora – e que alguns críticos [consideram vagas](#) –, “Unfinished Business” faz uma apologia do serviço aos outros. A sociedade, dominada pela cultura laboral imperante, tem desvalorizado as tarefas relacionadas com o cuidado pelos outros, sejam da própria família ou como trabalho profissional ([“Aceprensa”, 24.4.2013](#)). Está na hora de revalorizá-las, possibilitando a mais homens e mulheres poderem compatibilizar o seu trabalho com a família, e também reconhecendo devidamente (por exemplo, no salário) setores como o da educação, o dos cuidados a prestar às crianças ou o dos que proporcionam atendimento aos doentes.

Esta é, para Slaughter, a próxima meta para a qual deveria dirigir os seus esforços o feminismo. Para isso, conta com um crescente apoio entre os homens, que cada vez se mostram mais favoráveis a assumir como própria a luta pela conciliação. Embora algumas pessoas pensem que o mundo empresarial não está disposto a mudar, Slaughter não pensa o mesmo: segundo um estudo de 2003, o anúncio na imprensa de 130 políticas familiares aplicadas por outras tantas empresas, fez com que estas últimas tenham aumentado o seu valor na Bolsa.

F. R.-B.

A família, mais importante do que a creche

Vários especialistas alertam para os riscos de que os mais pequenos passem pouco tempo com os seus pais.

Jay Belsky é um dos psicólogos da infância mais conhecidos no plano mundial. Os seus trabalhos deram o suporte científico à ideia de que os primeiros anos de vida são decisivos para a formação das competências não cognitivas e, portanto, para o futuro comportamento dos adultos.

Nos anos 70 e início dos 80, escreveu vários artigos que minimizavam o suposto efeito negativo de as crianças pequenas (de um a três anos) passarem muitas horas na creche. Estes trabalhos foram muito bem recebidos pelo feminismo da altura, que estava a lutar pela plena entrada da mulher no mundo laboral e encarava como adversário quem quer que pusesse em perigo este processo, mesmo que fosse numa perspetiva académica.

Meias verdades

Mas quando Belsky publicou um estudo, em 1986, que contradizia algumas das suas teses anteriores, foi repudiado pelo ambiente intelectual que antes o apoiava. Ele [defendeu-se](#) explicando que antes de tudo é um cientista e, portanto, deve ajustar as suas ideias ao que lhe dizem os dados.

Publicou recentemente um artigo no “Family Studies” que critica uma destas [manipulações com base em “meias verdades”](#). Segundo Belsky, a imprensa – igualmente a especializada – contou somente uma parte da história no referente à influência das creches no desenvolvimento das crianças. Foi sublinhado o seu efeito positivo em certas competências cognitivas (um efeito que várias investigações mais pormenorizadas associaram somente a meninos e meninas de baixos estratos socioeconómicos). Contudo, não foram tão difundidas as consequências negativas, sobretudo, nas competências não cognitivas.

A qualidade dos cuidados

Segundo Belsky, alguns justificaram esta omissão dizendo que os riscos associados a um maior uso de cuidados não familiares (mais comportamentos agressivos, hiperatividade, tendências compulsivas e desobediência) não se devem na realidade à quantidade de tempo passado nas creches, mas à baixa qualidade dos cuidados proporcionados nestas instituições. No entanto, Belsky defende que o maior estudo realizado até agora sobre este tema – o [“NICHD Study of Child Care and Youth Development”](#) – não apresentava indícios de que isto fosse assim, mas sim que os efeitos negativos estavam presentes até em crianças que tinham recebido uma boa instrução.

A literatura científica sobre o tema não é nem muito menos unânime. Por exemplo, uma investigação publicada e referente à província canadiana do Québec. Este estudo analisa o impacto de um programa implementado nesta zona nos finais dos 90 do século XX: o governo aumentou os subsídios públicos e conseguiu triplicar a taxa de escolarização de crianças menores de quatro anos, até níveis superiores a 80 %. Para os autores, que comparam diversos padrões cognitivos e não cognitivos das crianças do Québec e de outras províncias, a exposição ao programa relaciona-se com uma deterioração de certas tendências não cognitivas (ansiedade, agressividade, hiperatividade), e com uma pioria dos comportamentos de risco na adolescência.

Os problemas das crianças criadas nas creches

Embora o estudo sugira que os cuidados recebidos pelos meninos e meninas do Québec não foram bons – entre outras coisas, devido ao abrupto crescimento na procura de professores, que obrigou a baixar os requisitos académicos –, os dados não permitem estabelecer uma ligação entre a qualidade da instrução e a maior ou menor intensidade dos efeitos negativos. Pelo contrário, assinalam sim um padrão repetido por outros trabalhos: os danos (primeiro nas competências não cognitivas e a seguir nos comportamentos adolescentes) são sofridos especialmente pelos rapazes, sobretudo os de baixos estratos socioeconómicos.

O diferenciado efeito dos cuidados fora de casa em crianças de acordo com a sua classe social aponta para outra das ideias defendidas por Belsky nos seus estudos: que os fatores extra-académicos, e especialmente os familiares, têm muito maior peso do que os académicos, refiram-se estes últimos à quantidade de tempo passado em creches, ou à qualidade do atendimento aí recebido.

A influência de uma boa educação (por exemplo, que os pais falem com o filho utilizando um vocabulário relativamente rico) é mais determinante do que a de uma boa creche, tanto no desenvolvimento de competências cognitivas (a leitura) como sociais. Segundo Belsky, isto não quer dizer que a qualidade dos cuidados fora da família não interesse. Os meninos e meninas que não encontram em casa um clima propício para uma boa educação (seja por viverem num lar monoparental, seja por falta de recursos ou de licenças familiares pagas não permitir a nenhum dos pais dedicar muito tempo aos seus filhos, ou por qualquer outro motivo), beneficiam especialmente com uma creche que se esmere no seu atendimento. Todavia, a melhor creche não pode substituir a atuação de bons pais.

Suécia: exemplo ou advertência?

A Suécia foi um dos países pioneiros em incentivar os cuidados extrafamiliares dos mais pequenos. Os primeiros programas foram implementados em meados dos anos 70 do século XX, por parte de vários governos socialistas que os impulsionavam por motivos económicos e ideológicos. Contudo, 40 anos depois, e depois de conseguirem que 90 % das crianças entre 18 meses e 5 anos sejam assistidas numa creche, a saúde psicológica dos jovens suecos piorou.

Como explica Jonas Himmelstrand num artigo para o Institute of Marriage and Family Canada (publicado em duas partes: [1](#) e [2](#)), os níveis de ansiedade e pouca satisfação com a vida têm vindo a aumentar entre os jovens, tanto de classes altas como baixas. Também pioraram os resultados académicos e a disciplina nas aulas. Os sucessivos governos atribuíram todos estes problemas a fatores culturais, económicos ou laborais, mas não prestaram muita atenção ao facto da grande maioria das crianças suecas passar pouco tempo com os seus pais.

Para Himmel-strand, a extensão dos cuidados fora da família fez aos pais perderem a confiança na sua capacidade para criar os filhos: “Foram formados por médicos, agências governamentais e meios de comunicação na convicção de que uma criança necessita de uma creche desde que atinge a idade de um ano para se poder desenvolver [...] Isto faz-lhes esquecer a sua responsabilidade. Acreditam (ou querem acreditar) que os especialistas para os seus filhos não são eles próprios, mas os que lhes prestam cuidados fora do lar. Pensam não lhes poder oferecer o que uma instituição pode proporcionar”.

No entanto, comenta Himmel-strand, a psicologia do desenvolvimento explica que nos primeiros anos de vida, a criança necessita de uma ligação muito próxima com um adulto. Por isso, o governo sueco deveria incentivar a que mais pais possam ficar em casa para cuidar dos seus filhos. Por exemplo, através de ajudas económicas como as que são oferecidas na Finlândia ou na Grã-Bretanha.

F. R.-B.